

A DEMOCRATIZAÇÃO DA SAÚDE NA REVISTA SAÚDE EM DEBATE (1980 - 1985)

Éder Mendes de Paula

Professor do Curso de História da Universidade Federal de Jataí
Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Saúde e das Doenças
Nise da Silveira – CNPQ
Doutor em História pela Universidade Federal de Goiás
CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9252527394474551>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5004-734X>
E-mail: falecomprofessoreder@gmail.com

Amanda Silva Leão

Acadêmica do Curso de História da Universidade Federal de Jataí
Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Saúde e das Doenças Nise da Silveira –
CNPQ
E-mail: amandaleao420@gmail.com

Artigo Original

Recebido em: 14 de Junho de 2022

Aceito em: 02 de Agosto de 2022

RESUMO

Esse texto tem como objetivo analisar a segunda e terceira fase da Revista Saúde em Debate, contextualizada no processo de transição democrática brasileira junto aos movimentos para reabertura do país. Fruto do Relatório Final da Pesquisa: Caridade e Resistência: Análise do Albergue São Vicente de Paulo e Revista Saúde em Debate, temos como foto refletir as disputas que aparecem nos textos publicados na revista Saúde em Debate e compreender como se articulavam as forças que pressionavam a saúde no país no período pré-constituição de 1988. Pensando esse processo como uma das tantas partes que compuseram a redemocratização brasileira. Como base teórica para esta pesquisa utilizou de conceitos como representação e imaginário de Roger Chartier, Sandra Jatahy Pesavento e Peter Burke, com metodologia alicerçada na análise do discurso médico.

Palavras-chave: Democratização. História da Saúde. Revista Saúde em Debate.

***THE DEMOCRATIZATION OF HEALTH IN THE JOURNAL HEALTH IN
DISCUSSION (1980 - 1985)***

ABSTRACT

This paper aims to analyze the second and third phases of the Journal Health in Discussion, contextualized in the Brazilian democratic transition process together with the movements for the reopening of the country. Fruit of the Final Report of the Research: Caridade e Resistência: Análise do Albergue São Vicente de Paulo and Revista Saúde em Debate, we have as a photo reflect the disputes that appear in the texts published in the magazine Saúde em Debate and understand how the forces that pressured health in the country in the pre-constitution period of 1988 were articulated. Thinking this process as one of the many parts that made up the Brazilian re-democratization. As a theoretical basis for this research, it used concepts such as representation and imaginary by Roger Chartier, Sandra Jatahy Pesavento and Peter Burke, with a methodology based on the analysis of medical discourse.

Keywords: Democratization. History of Health. Journal Health in Discussion.

APRESENTAÇÃO

O projeto de pesquisa “Caridade e Resistência: Análise do Albergue São Vicente de Paulo e Revista Saúde em Debate” se propôs nessa segunda fase da pesquisa em andamento desde 2019, finalizar as catalogações dos anos de 1980, 1981, 1982, 1984 e 1985 da Revista Saúde em Debate (1979-1985), em busca de compreender como se dá a organização do Movimento da Reforma Sanitária em relação a democratização da saúde.

Neste contexto da investigação, a revista Saúde em Debate alinhada às transformações que ocorriam na sociedade brasileira, passa por reformulações que visavam aproximar o Centro de Estudos Brasileiro de Saúde das pautas levantadas por outras entidades que perpassavam pelo tema e como a construção de um sistema de saúde universal dependia de uma base democrática.

Nascido em 1976, o Centro de Estudos Brasileiro de Saúde, que aglutinava membros do Movimento da Reforma Sanitária, com seu corpo composto em sua maioria por integrantes do Partido Comunista Brasileiro, pensava um novo conceito de saúde a partir da democracia.

A revista Saúde em Debate surge então no mesmo ano em que nasce o Centro de Estudos Brasileiro de Saúde, com o objetivo de veicular as ideias e princípios do Movimento Sanitarista, tendo em seus primeiros cinco anos discussões teóricas e provocações sobre o estado da saúde brasileira, encabeçada por um Estado omissivo que transferia sua responsabilidade quase sempre para a iniciativa privada.

A revista em sua primeira fase (1976 - 1978) se equilibra entre crises e o amadorismo do centro de estudos que tentava impulsionar a revista e aumentar seu alcance, porém a pequena parcela de assinantes e o centro de estudos não conseguiu mantê-la e no ano de 1979 o CEBES passa por sua primeira reestruturação em sua diretoria. (SOPHIA, 2012).

Diante disso nessa fase da pesquisa, é de suma importância compreender as motivações que impulsionaram mudanças tanto na diretoria do centro de estudos que irá refletir na revista e também analisar como o CEBES e o movimento da Reforma Sanitária se articulavam e negociavam interesses com outros movimentos sociais e com o governo, que nesse período estava enfraquecido.

Para pensar a democratização da saúde e o processo de construção democrática no Brasil a partir das representações do Centro de Estudos Brasileiro de Saúde, essa segunda fase da revista tem extrema importância, pois foi o momento em que se definiu tanto os objetivos do centro de estudos como também o papel do Movimento da Reforma Sanitária nesse processo histórico.

Com isso tenho como objetivo através dessa pesquisa analisar o papel e as contribuições que o Movimento Sanitarista teve na construção democrática do Brasil a partir da saúde, como se deu sua aproximação do movimento dos trabalhadores, perceber como se davam as representações de saúde e democracia na revista Saúde em Debate, identificar a filiação política dos membros do centro de estudos e colaboradores da revista e por fim compreender a relação entre saúde e democracia abordada na revista.

A REVISTA

Partimos da História Cultural para analisar os discursos proferidos na revista, onde trabalhamos com conceitos como representação e imaginário social de Sandra Jatahy Pesavento e Roger Chartier. Como alicerce metodológico utilizamos a análise do discurso médico, buscando compreender como as teias de discursos e temas abordados na Revista Saúde em Debate, vão formar o campo de pensamentos que representam o movimento sanitarista e seus objetivos quanto à saúde pública.

A fonte histórica analisada foi a Revista Saúde em Debate, que nasceu juntamente com o Centro Brasileiro de Estudos em Saúde (CEBES), em 1976, composto em sua

grande parte por médicos membros do Partido Comunista Brasileiro, que faziam parte do movimento sanitário e viam naquele momento a necessidade de se posicionar contra o Estado autoritário vigente no Brasil e aos direcionamentos que este dava para a saúde pública brasileira.

Escrita e direcionada para médicos e demais profissionais da saúde, além de professores universitários, membro de instituições governamentais e não governamentais, e membros da comunidade preocupados com a saúde brasileira, a Revista Saúde em Debate é um periódico de tema específico, no caso temas ligados à saúde pública, direcionando suas pautas principalmente para questões ligadas à democratização da saúde e a preocupação com a aplicação de um novo conceito de saúde na prática

Entre os anos de 1980 à 1985, a Saúde em Debate passa por sua segunda (1980-1982) e terceira fase (1982-1986). A segunda fase foi marcada por mudanças e definições sobre os caminhos que a revista e o centro de estudos tomariam.

A revista se voltava para três eixos: política demográfica, saúde ambiental e do trabalho e política nacional de saúde, passando a ser publicada pela editora Muro, que ficou encarregada de difundir a revista e aumentar seu alcance, atraindo mais leitores. (SOPHIA, 2012)

Este texto refere-se às catalogações e análises das edições 10 do ano de 1980, 11, 12 e 13 do ano de 1981, 14 no ano de 1982, encerrando a segunda fase da revista, sendo as edições 15/16 no ano de 1984 e a 17 que é dividida em dois volumes no ano de 1985 pertencentes a terceira fase. (SOPHIA, 2012)

A revista é publicada trimestralmente, tendo nos anos de 1980 à 1982 (segunda fase) 51 autores dentre este, 15 membros de grupos de trabalho ou núcleos do CEBES, 13 professores/pesquisadores, 11 médicos, 3 doutores, 2 representantes/consultores da Opas, 1 secretário de saúde, 1 coordenador, 1 ministro, 1 aluna, 1 epidemiologista, 1 sociólogo e 1 psicanalista.

Como principais temas destacam: participação comunitária/mobilização em saúde, saúde dos trabalhadores, planejamento em saúde, recursos humanos em saúde, crise da previdência, PREVSAÚDE, medicina comunitária, epidemiologia entre outros.

O ano de 1983 não possui publicações, devido a crise de 1979 que ainda não havia sido totalmente superada e ainda refletia na revista, sendo as publicações retomadas no

ano de 1984 com mudanças na diretoria do Centro de Estudos Brasileiro de Saúde, inaugurando sua terceira fase.

Já na terceira fase as edições de 1984 à 1985 foram publicadas pela editora Book's Edições Ltda, durante esse período o periódico contou com 38 colaboradores dentre eles 14 eram professores universitários, com predominância de docentes vinculados ao Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, sete artigos de gestores federais, estaduais e municipais de saúde e 2 artigos de consultores da Organização Pan-Americana de Saúde.

Dentre os autores se encontravam 9 professores, 5 mestres em medicina social, 6 secretários de saúde/presidente do INAMPS/ministro da saúde, 3 estudantes, 6 dentistas, 2 economistas, 2 médicos, 1 consultor, 1 estatístico e outros 10 não reconhecidos. (SOPHIA, 2012) Entre os temas abordados estavam artigos sobre planejamento em saúde, saúde bucal, saúde da mulher, planejamento familiar e saúde coletiva

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Entender o processo de democratização da saúde no Brasil partindo do olhar do CEBES e das etapas pela qual a revista que o representa passa, nos leva a buscar no contexto em que os membros do centro de estudos estavam inseridos e qual era a situação do CEBES.

Em 1979 o primeiro ciclo da revista chegava ao fim, inserida em uma séria crise financeira o centro de estudos não conseguia mais publicar a Saúde em Debate, os associados e colaboradores do CEBES não supriam as necessidades não somente financeiras como administrativas da revista, dando abertura para a reestruturação do centro.

Assim, em Assembleia de Delegados do CEBES foi eleita uma nova diretoria que redefiniu quais seriam os focos centrais da revista, seus objetivos e novas alianças em busca não somente de superar a crise, como também aumentar o alcance. (SOPHIA,2012)

Daniela Carvalho Sophia afirma em sua tese: O CEBES e o Movimento da Reforma Sanitária: História, Política e Saúde Pública (Rio de Janeiro 1970-1980):

A tarefa não se mostrava fácil, pois o Centro havia interrompido o trabalho de edição dos livros, considerado como a maior fonte de

recursos. Além disso, o montante de recursos arrecadados com a venda de livros e periódicos não se mostrava suficiente para cobrir os custos com a edição e distribuição da revista. Soma-se a estes problemas a diminuição no número de associados, consequência da concorrência com a recém-criada Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (Abrasco), em 1979. (SOPHIA, 2012, p. 115).

Outra fonte de renda que mantinha o centro de estudos e as publicações dos periódicos era a venda de livros produzidos e distribuídos pelo CEBES, porém estes também tiveram sua publicação interrompida devido à crise financeira que se aprofundava no centro de estudos.

Com isso a nova diretoria via a necessidade de revisar as pautas propostas pelo centro de estudos e alinhá-las ao debate que tomava força através de outros movimentos sociais e participações sociais na transformação democrática brasileira, como estratégia para se fazer mais presente nas transformações políticas e atrair mais leitores interessados na saúde brasileira.

De acordo com Alexandre Ciconello em “A Participação Social como Processo de Consolidação da Democracia no Brasil”, existia nas forças políticas e sociais ligadas ao processo de redemocratização na década de 1980, uma concepção de democracia ampliada que não estava relacionada somente ao restabelecimento do sistema representativo eleitoral, ia mais além:

O desejo popular era maior. Tratava-se de mudar a estrutura do Estado, não democrático, excludente e autoritário, transformando-o radicalmente. Não por meio de uma ruptura institucional ou de uma revolução, mas sim por uma transformação gradual das estruturas de poder. Pretendia-se alargar a participação de homens e de mulheres nas decisões políticas que afetavam suas vidas. (CICONELLO, 2007).

Assim como Ciconello percebe em seu estudo essa latente concepção ampliada de democracia nos movimentos sociais, Daniela Sophia também percebe esse conceito, presente nas representações da revista Saúde em Debate e também em sua reestruturação administrativa e temática do CEBES e do periódico.

Essa percepção pode ser vista na primeira edição da segunda fase da revista que tem em seu início, antes mesmo do editorial, uma apresentação do Centro de Estudos Brasileiro de Saúde e da nova diretoria eleita em Assembleia Nacional de Delegados do CEBES, especificando quais eram seus novos objetivos e o posicionamento mais ativo do centro na elaboração de políticas públicas voltadas para a saúde:

A condução do trabalho do CEBES vem pautando-se fundamentalmente pela busca da consolidação do pensamento crítico acerca da problemática de Saúde, visando subsidiar a formulação de estratégias de ação política, tanto das entidades da área de saúde, quanto dos setores organizados das populações em geral, ou seja, sindicatos, associações de bairros, grupos religiosos etc. (CEBES, 1980, p 5 - 3).

No trecho acima retirado da edição número 10 do periódico é possível enxergar além da concepção de democracia ampliada, os laços que o Movimento da Reforma Sanitária formava com outros setores organizados e comprometidos da luta democrática.

A ideia de democracia participativa estava no centro das transformações do CEBES, sendo um dos objetivos da segunda fase do periódico que foca bastante na participação ativa do Movimento da Reforma Sanitária tanto com a proposição de projetos de políticas públicas contestadoras do modelo de saúde oferecido pelo Estado, como em sua relação com outras organizações.

Entre os projetos defendidos e disputados pelo Movimento da Reforma Sanitária era o PREVSAUDE, que tinha como objetivo a expansão da Rede Básica de Saúde, uma das grandes lutas do CEBES durante a segunda e terceira fase da revista.

Ainda vinculada a concepção geral de democracia participativa, e visando a ampliação da revista para diversos públicos em vista de tocar outros movimentos e entidades para a questão da saúde alinhada ao crescimento do movimento operário no país, fez com que fosse dado espaço na Revista Saúde em Debate para a discussão das condições de vida, trabalho e saúde do trabalhador:

O crescimento e desenvolvimento do movimento operário a nível nacional tem feito aflorar a discussão sobre as condições de vida, trabalho e saúde do trabalhador. Nesse sentido o CEBES através de seus núcleos já vem de diversas formas participando desse processo de discussão. Reforça-se aqui a necessidade de os núcleos conduzirem um intenso trabalho nessa linha, com vistas a contribuir de maneira mais objetiva, concreta e consequente na luta da classe operária. (REVISTA SAÚDE EM DEBATE, 1980, p 5 - 3).

A criação de núcleos em diversas regiões do país facilitava o diálogo com a sede do centro de estudos, que agora ficava junto ao prédio do Sindicato dos Médicos no Rio de Janeiro, outra estratégia da nova diretoria que tornava o CEBES mais evidente para a comunidade médica.

Nesses núcleos eram organizados grupos de trabalho que se voltavam para as necessidades ligadas a saúde em sua região, produzindo artigos voltados tanto para a academia como agiam de forma ativa em projetos sociais, cumprindo o papel transformador junto da sociedade, papel o qual o Centro de Estudos Brasileiro de Saúde havia se comprometido.

A nova diretoria composta pelo médico e então professor do Centro de Ciências da Saúde da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Eleutério Rodriguez Neto, era membro do Partido Comunista Brasileiro, graduado pela Universidade de Brasília. Também foi aluno da Faculdade de Medicina Preventiva na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, se tornando professor na instituição por um curto período de tempo.

Eleutério Rodriguez Neto também era coordenador de Planejamento e Estudos da Secretaria de Serviços Médicos do Ministério da Previdência e Assistência Social, o que interessava muito o CEBES, por aproximar a atuação da entidade na política. (SOPHIA, 2012, p. 116)

O cargo de vice-presidente da entidade foi ocupado pelo jovem médico José Gomes Temporão, que era integrante do Movimento de Renovação Médica do Rio de Janeiro e estudante no mestrado em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública.

Os demais cargos como segundo vice-presidente, segundo secretário, tesoureira e diretores suplentes foram preenchidos respectivamente por Paulo Amarante, residente do Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Jaime Araújo Oliveira pesquisador da Escola Nacional de Saúde Pública, Maria Inês Souza Bravo auxiliar de ensino do Departamento de Medicina Preventiva da Universidade Federal do Rio de Janeiro e pelos médicos sanitaristas Dalmo Herrera Feitoza e Francisco Campos Braga Neto, todos vinculados ao Partido Comunista Brasileiro.

A presença de Eleutério Rodriguez Neto na diretoria do CEBES, aponta outra característica da segunda fase da Saúde em Debate, que era a aproximação da entidade das instituições governamentais, pois acreditava-se que a transformação democrática do Brasil deveria passar também pelo interior das instituições governamentais, a partir da participação popular nas construções de políticas públicas.

Outra característica que irá percorrer não somente a segunda fase da revista, eram as publicações em tons de denúncia da presença do mercado privado de saúde que se encontrava nas entranhas dos projetos políticos voltados para saúde pública.

Tais denúncias além de demonstrar o perfil que o Estado traçava para saúde pública brasileira também chama atenção para as disputas do Movimento da Reforma Sanitária no Brasil, a luta pelo PREVSAÚDE e o FUNRURAL, demonstram as tensões discursiva e práticas as quais movimentos interessados na construção de uma base democrática que sustente a nova categoria de saúde idealizada pelo movimento sanitarista enfrentava em busca de melhores condições sanitárias para a população.

Se tornava cada vez mais evidente a necessidade de se democratizar a saúde, que já se fazia urgente no ano de 1963 quando na III Conferência Nacional de Saúde foi esboçado o projeto inicial do processo de ampliação do sistema de saúde brasileiro, que com o golpe de 1964 encontrou barreiras e teve seu desenvolvimento interrompido (CARVALHO; SANTOS, 2015).

Porém, com o fim do milagre econômico e aprofundamento da crise principalmente após a crise do petróleo, a ideia de se ampliar o acesso a rede básica de saúde para uma maior parcela da população se tornou interessante para o Estado, de acordo com Cislagh a reconsideração deste processo pelo governo acontece como moeda de troca com a população, que se revoltava com a distribuição desigual da riqueza obtida durante o milagre econômico e com o sufocamento de qualquer oposição ao governo.

Foi em meio ao processo de enfraquecimento do governo ditatorial que movimentos sociais, como o movimento dos trabalhadores, movimento estudantil, movimento sindical, movimento sanitarista entre outros, surgem como reação às políticas impostas pelo Estado ditatorial vigente no momento (SANTOS, 2013)

Tais características da segunda fase da revista Saúde em Debate traçou os objetivos e as ações que o CEBES e o periódico iriam abraçar a partir da nova conjuntura social das necessidades do centro de estudos representadas nas mudanças no tom e na organização do periódico.

Todos os pontos até aqui trabalhados constroem a relação existente entre saúde e democracia, a necessidade de se construir bases democráticas partindo da participação social na construção de políticas que atendessem às necessidades da comunidade usuária dos serviços de saúde ofertados pelo Estado.

Já na terceira fase da revista, apesar de ser marcada por certas rupturas, ainda sim continuava na mesma linha de trabalho da fase anterior:

Desta forma, este número representa por um lado uma continuação da linha de trabalho veiculada anteriormente por esta revista, cujo compromisso básico reside na luta pela melhoria das condições de vida da população ao lado de uma democratização dos serviços de saúde. Esta luta passa cada vez mais pela correta compreensão da realidade brasileira, pelo acertado dimensionamento dos condicionantes das práticas de saúde, e finalmente, pela possibilidade de dar respostas alternativas às políticas sanitárias vigentes. A REVISTA SAÚDE EM DEBATE sempre cumpriu um papel inequívoco na divulgação dos conhecimentos necessários à formação de uma consciência crítica sobre a conjuntura sanitária brasileira. (REVISTA SAÚDE EM DEBATE, 1984, p.3).

Durante o período da terceira fase da revista (1984 - 1985) o periódico se interessou amplamente pela temática de planejamento do setor saúde, de acordo com Sophia a revista acompanhou o processo de formulação da política de saúde que culminou, em 1988, na aprovação do Sistema Único de Saúde (SUS).

Desta forma o acompanhamento parte da, “correta compreensão da realidade brasileira, pelo acertado dimensionamento dos condicionantes das práticas de saúde e finalmente, pela possibilidade de dar respostas alternativas às políticas sanitárias vigentes”, ou seja, o planejamento do setor saúde deveria ser embasado a partir da participação ativa e conhecimento adquirido juntamente à população.

Ao se tomar ciência disso, é possível perceber a permanência da concepção da democracia participativa, construída a partir do povo e para o povo, onde o CEBES e sua articuladora, a revista Saúde em Debate, faz um trabalho de base de construção de uma sociedade democrática.

A partir dessa ideia de democracia a terceira fase da revista Saúde em Debate se desenvolve como uma espécie de articulador entre a base e as instituições governamentais, sendo possível perceber essa relação quando se tem a presença do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e outras entidades que tem como centro da discussão o setor saúde:

Há, no entanto uma novidade no triênio estudado: no período compreendido entre os anos 1984 e 1986, os textos publicados na Saúde em Debate, uma vez que tiveram a reforma do setor como tema central, passam a incorporar cada vez mais propostas produzidas por diferentes arenas políticas e gestoras. Dessa forma, os editores abrem espaço para

a publicação de relatórios e entrevistas promovidas por outras entidades que teriam a democratização do setor saúde como tema central em suas discussões. Dentre as instituições, foram identificados 8 artigos produzidos por gestores federais, estaduais e municipais de saúde. Além desses, destaca-se a ampla divulgação de relatórios produzidos por membros do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB. Por fim, consultores da Opas integram a lista de participantes com dois artigos publicados. (SOPHIA, 2012, p. 182).

Em sua terceira fase, a revista Saúde em Debate possibilita maior ampliação do debate, ao aceitar sugestões de entidades e partidos que não partem da mesma base ideológica da diretoria do CEBES, porém tem como interesse repensar o planejamento do setor saúde a partir da transformação democrática do país.

Sendo assim a terceira fase da revista Saúde em Debate se aprofunda cada vez mais nas relações políticas rumo a democratização da saúde e da sociedade brasileira.

Desta forma ao analisar essas fases da revista Saúde em Debate em um período de efervescência política na sociedade brasileira, percebo que as representações traçadas e as escolhas tomadas no decorrer desse curto, porém movimentado período do periódico, são moldadas pelas transformações motivadas por disputas políticas que desenharam aquele período da história do Brasil.

A luta por democracia naquele momento nascia de uma necessidade urgente de transformação social, ideológica e intelectual que floresce na concepção da democracia participativa e abre as portas para a construção de uma sociedade ativa, que busca aproximar cada vez mais o povo do centro das decisões políticas de seu país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa pesquisa me propus a compreender as relações entre saúde e democracia, a partir das representações que o Movimento da Reforma Sanitária produzia na revista Saúde em Debate, periódico voltado para debater questões voltadas para saúde no Brasil.

Diante disso ao se pensar em democratização da saúde no Brasil, ou na relação que existe entre a questão democrática e a universalização dos serviços de saúde no país, consegui constatar, a partir da análise do periódico alicerçada pela metodologia, que existe a produção de um discurso, baseado na orientação ideológica das diretorias do CEBES e da revista, voltado para uma concepção de saúde discordante do conceito entendido pelo Estado.

Essa concepção funda toda a base onde as propostas transformadoras dos serviços de saúde serão exploradas, o conceito de saúde na no periódico parte principalmente da ideia e trabalho coletivo para a transformação social, partindo da necessidade da base para a execução de políticas públicas.

Sendo assim a luta por essa forma de saúde necessita de um sistema político democrático, onde é possível, ao menos na teoria, ouvir uma quantidade mais ampla de vozes, onde é possível a união popular na construção de melhores condições de vida, trabalho e saúde.

A luta travada pelo Movimento da Reforma Sanitária em favor da democratização do Brasil, é acima de tudo uma disputa ideológica, política e econômica entre um movimento que acredita ser essencial a consideração das necessidades populares nas formulações de políticas voltadas para a sociedade e um Estado que prioriza os interesses do mercado antes do povo.

REFERÊNCIAS

CISLAGHI, Juliana. **Privatização de Saúde no Brasil: da ditadura do grande capital aos governos do PT**. Revista em Pauta. Rio de Janeiro. V. 17. F. 43. P. 60-73. 1º semestre de 2019

SOPHIA, Daniela. **O Cebes e o movimento da reforma sanitária: história, política e saúde pública (Rio de Janeiro 1970-1980)**. Tese (Doutorado em História da Saúde Pública) -Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro. 2012.

SANTOS, Marta. **Lutas sociais pela saúde pública no Brasil frente aos desafios contemporâneos**. Revista Katál. Florianópolis. V. 16. N° 2. P. 240-233, jul./dez. 2013.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. 3º ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2012.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural – entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990.

CICONELLO, Alexandre. **A Participação como Processo de Consolidação da Democracia Brasileira**.

CEBES. **Editorial**. Revista Saúde em Debate. Rio de Janeiro. N° 15/16. P. 3. fevereiro. 1984.

CEBES. **Editorial.** Revista Saúde em Debate. Rio de Janeiro. N° 10. P 5-3. Abri/Mai/jun. 1980.

COMO CITAR

PAULA, E. M.; LEÃO, A. S. A DEMOCRATIZAÇÃO DA SAÚDE NA REVISTA SAÚDE EM DEBATE (1980 - 1985). **Revista Interdisciplinar Encontro das Ciências – RIEC**, v.5, n.2, 2022.